



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
GESTÃO DE AGRONEGÓCIOS

VINICIUS MENDONÇA COSTA

TRAJETÓRIA DA AGROECOLOGIA E AGRICULTURA ORGÂNICA
NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Brasília - DF
2025

VINICIUS MENDONÇA COSTA

**TRAJETÓRIA DA AGROECOLOGIA E AGRICULTURA ORGÂNICA
NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Monografia apresentada ao curso de Gestão de Agronegócios, da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária (FAV) da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Gestão de Agronegócios.

Professora Orientadora: Dra. Maisa Isabela Rodrigues

Brasília – DF

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

CC838tt Costa, Vinícius Mendonça.
Trajetória da agroecologia e agricultura orgânica no
Brasil: uma revisão de literatura / Vinícius Mendonça Costa;

Orientador: Maisa Isabela Rodrigues. -- Brasília, 2025.
35 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - Gestão de
Agronegócios) -- aqui Universidade de Brasília, 2025.

1. Produção sustentável. 2. Agricultura de baixo carbono.
3. Regulamentação da agroecologia. 4. Regulamentação da
produção orgânica. I. Rodrigues, Maisa Isabela, orient. II.
Título.

TRAJETÓRIA DA AGROECOLOGIA E AGRICULTURA ORGÂNICA NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de
Gestão de Agronegócios da Universidade de Brasília do aluno:

VINÍCIUS MENDONÇA COSTA

Aprovado em 14 de fevereiro de 2025

Professora Doutora Maisa Isabela Rodrigues
Universidade de Brasília (UnB)
(Presidente/Orientadora)

Professor Doutor Ilvan Medeiros Lustosa Junior
Instituto Federal de Brasília (IFB)
(Membro externo)

Professor Doutor Jaim José da Silva Junior
Universidade de Brasília (UnB)
(Membro interno)

Brasília – DF

2025

AGRADECIMENTOS

Ao longo dessa jornada, repleta de desafios, dúvidas e aprendizados, algumas pessoas foram essenciais para que eu chegasse até aqui.

Primeiramente, agradeço à minha família, em especial aos meus pais, Ana Tereza e Gilberto, que foram minha maior motivação para concluir esse curso. Tudo o que fiz foi, no fundo, para fazer jus a todo orgulho que sempre disseram que sentem por mim e, de alguma forma, retribuir tudo o que fizeram ao longo da minha vida. Sem o apoio, os ensinamentos e o amor de vocês, nada disso teria sido possível. À minha avó, dona Silvia, por ser mais do que uma avó, por estar sempre presente e disposta a fazer o que fosse necessário por mim. Ao meu irmão mais novo, Otávio, que mesmo sendo mais jovem, sempre me serviu de exemplo pela sua dedicação aos estudos. Sei que sempre poderei contar com ele, assim como ele sempre poderá contar comigo. Agradeço também à minha madrastra, Rose, professora da UnB, cuja parceria com meu pai sempre me trouxe tranquilidade. Saber que ela está ao lado dele me traz alívio, e sou grato por sua presença em nossas vidas. Amo todos vocês!

À minha namorada, Ana Clara, que nunca duvidou de mim, mesmo quando eu duvidei. Sem o seu incentivo, sem sua paciência e sem as incontáveis vezes em que me fez acreditar que eu seria capaz, esse momento não teria chegado. Te amo muito, meu bem!

Agradeço também à minha orientadora, Pro. Dra. Máisa Isabela, que confiou em mim, mesmo quando eu dava motivos para não confiar, e que esteve sempre disponível para ajudar, melhorar e aperfeiçoar esse trabalho. Sua dedicação ultrapassou qualquer obrigação acadêmica, e ver sua preocupação com seus orientandos, mesmo afastada por questões de saúde, me fez perceber o quanto fui privilegiado em tê-la como orientadora.

À Universidade de Brasília, por ter sido um espaço de descobertas e amadurecimento. Embora minha relação com o curso nunca tenha sido das mais harmoniosas, a UnB me proporcionou momentos inesquecíveis de aprendizado e socialização. Foi nela que conheci novas realidades, ampliei minha visão de mundo e pude me tornar uma pessoa mais consciente.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à sociedade brasileira, que, por meio da educação pública e gratuita, possibilitou minha formação. A existência de universidades públicas como a UnB é um reflexo do compromisso coletivo com o conhecimento e a justiça social – algo que,

infelizmente, muitos tentam destruir em nome de uma visão elitista e excludente de país. A universidade pública é um dos pilares do desenvolvimento, e serei eternamente grato por ter sido parte dela.

A caminhada não foi fácil, e não foram poucas as vezes em que pensei em desistir. Mas aprendi que sou responsável pelas minhas próprias escolhas e suas consequências. Olhando para trás, vejo que cometi erros, fiz escolhas das quais me arrependo, mas todas elas me trouxeram até aqui. E por isso, também sou grato.

RESUMO

A agroecologia e a agricultura orgânica têm ganhado relevância no Brasil como alternativas sustentáveis ao modelo agrícola convencional. Este estudo analisa a trajetória dessas práticas no país, com foco nas políticas públicas e legislações que estruturaram seu desenvolvimento. Para isso, foi realizada uma revisão de literatura com artigos científicos que tratam do tema, além de uma análise documental de normativas que impactam a agroecologia e a produção orgânica como política pública. Os resultados indicam avanços na institucionalização dessas práticas, com destaque para a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). No entanto, persistem desafios, como a descontinuidade de políticas, barreiras institucionais e dificuldades no acesso ao mercado para pequenos produtores. Conclui-se que, apesar dos avanços, a efetivação da agroecologia como modelo produtivo ainda exige políticas públicas mais consistentes e integradas.

Palavras-chave: produção sustentável, agricultura de baixo carbono, regulamentação da agroecologia e regulamentação da produção orgânica.

ABSTRACT

Agroecology and organic farming have gained relevance in Brazil as sustainable alternatives to the conventional agricultural model. This study analyzes the trajectory of these practices in the country, focusing on public policies and legislation that have shaped their development. A literature review and a documentary analysis of regulations impacting agroecology and organic production were conducted. The results indicate progress in the institutionalization of these practices, highlighting the creation of the National Policy on Agroecology and Organic Production (PNAPO) and the National Plan for Agroecology and Organic Production (PLANAPO). However, challenges persist, such as policy discontinuity, institutional barriers, and market access difficulties for small producers. It is concluded that, despite the advances, the effective implementation of agroecology as a productive model still requires more consistent and integrated public policies.

Keywords: sustainable production; low-carbon agriculture; agroecology regulation; organic production regulation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Critérios de exclusão para os atos normativos obtidos na pesquisa.	17
Tabela 2. Critérios de exclusão para os artigos obtidos na pesquisa.	18
Tabela 3. Legislação analisada sobre agroecologia e produção orgânica.	18
Tabela 4. Artigos analisados sobre agroecologia e produção orgânica.	20

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fluxograma das pesquisas de Legislação e da pesquisa bibliográfica realizadas para o estudo.....	16
Figura 2. Linha do tempo das Leis e Decretos federais relacionados à agroecologia e produção orgânica entre 2002 e 2024.....	19

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	OBJETIVOS	13
2.1	Objetivo geral	13
2.2	Objetivos específicos	13
3	REFERENCIAL TEÓRICO	13
3.1	Agroecologia e produção orgânica	13
4	METODOLOGIA	15
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	17
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
	REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio brasileiro, impulsionado pela modernização e expansão agrícola nas últimas décadas, desempenha um papel crucial na economia nacional, sendo responsável por cerca de 22% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2024 (CNA, 2024). As exportações do setor atingiram um recorde histórico de 97,8 bilhões de dólares nos primeiros sete meses de 2024 (Brasil, 2024), o que consolida o Brasil como um dos maiores fornecedores mundiais de alimentos e insumos agrícolas. Essa relevância econômica sustenta milhões de empregos e fomenta o desenvolvimento regional, especialmente em áreas rurais.

O modelo de agronegócio convencional, amplamente baseado na monocultura e no uso intensivo de insumos químicos, tem gerado desafios significativos. Entre os principais impactos estão a degradação ambiental, o desmatamento, a contaminação de solos e água, além de problemas de saúde pública associados ao uso de agrotóxicos (Dalla Riva; Oliveira da Silva, 2022). Além disso, a concentração fundiária e o deslocamento de comunidades tradicionais agravam desigualdades sociais (Altieri, 2010).

Diante do cenário apresentado, a agroecologia e a produção orgânica emergem como respostas a esses desafios, propondo sistemas produtivos que valorizam os recursos locais, respeitam os ciclos ecológicos e promovem a inclusão social. Esses sistemas buscam reduzir a dependência de insumos externos, como agrotóxicos e fertilizantes químicos, ao mesmo tempo em que fomentam a biodiversidade e a qualidade de vida das comunidades rurais (Abreu; Lamine; Bellon, 2009).

Nas últimas décadas, o Brasil tem avançado na institucionalização de políticas públicas voltadas para a agroecologia e a produção orgânica, como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e os Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), que têm promovido iniciativas estratégicas para fortalecer esse modelo (Brasil, 2024). Apesar de seu potencial transformador, a agroecologia enfrenta barreiras significativas, como limitações estruturais, políticas públicas insuficientes e dificuldades de acesso ao mercado (Gossenheimer; Turatti, 2021; Rocha Neto, 2022). Além disso, questões culturais relacionadas ao modo tradicional de produção, como a resistência a mudanças nos métodos convencionais, também limitam a adoção em larga escala de práticas agroecológicas e orgânicas (Altieri, 2010; Dalla Riva; Oliveira da Silva, 2022). Tais desafios evidenciam a

necessidade de esforços mais integrados para superar preconceitos e construir uma agricultura sustentável e amplamente aceita.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

O presente trabalho tem por objetivo geral descrever a trajetória da agroecologia e agricultura orgânica a nível nacional, tendo como base o arcabouço legal e literaturas referentes ao tema.

2.2 Objetivos específicos

O estudo apresenta os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar os conceitos de agroecologia e agricultura orgânica;
- Apresentar levantamento bibliográfico e das políticas públicas vigentes;
- Avaliar as barreiras e limitações impostas pelo arcabouço jurídico e institucional brasileiro para a expansão da agroecologia e produção de orgânicos.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Agroecologia e produção orgânica

A agroecologia e a produção orgânica têm se consolidado como conceitos centrais na promoção de sistemas agroalimentares sustentáveis, além de serem norteadores de importantes políticas públicas no Brasil. Apesar de complementares, esses dois campos apresentam distinções teóricas e práticas que influenciam diretamente as estratégias adotadas pelo poder público.

A agroecologia é definida como uma abordagem científica, um conjunto de práticas e um movimento social (Altieri, 2010). Seu foco está na integração de princípios ecológicos nos sistemas de produção agrícola, promovendo sustentabilidade ambiental, justiça social e segurança alimentar (Baldicera, 2024). No Brasil, a agroecologia ganhou destaque a partir da década de 1970 como uma resposta crítica ao modelo produtivista e às consequências socioambientais da Revolução Verde (Abreu; Lamine; Bellon, 2009; Hlpe, 2019).

A agroecologia e a agricultura orgânica são frequentemente tratadas como conceitos equivalentes, embora apresentem diferenças significativas em suas bases teóricas e práticas (Batista; Stoffel, 2022). A compreensão aprofundada de ambos é essencial para estabelecer os fundamentos do trabalho, distinguindo suas características, abordagens científicas e sociais, bem como suas relações com as políticas públicas e os sistemas produtivos sustentáveis.

A agricultura orgânica é uma vertente da agricultura alternativa que se baseia em práticas sustentáveis, como a reciclagem de recursos naturais, adubação verde, rotação de culturas e controle biológico de pragas, excluindo o uso de agrotóxicos e aditivos químicos. Seu objetivo é promover a fertilidade do solo e a saúde das plantas, utilizando métodos que minimizem impactos ambientais e favoreçam a biodiversidade (Campanhola; Valarini, 2001). Este sistema prioriza técnicas naturais de cultivo e processamento, enfatizando a qualidade dos alimentos e a conservação ambiental. Apesar de estar alinhada com princípios agroecológicos, a produção orgânica possui uma abordagem mais normativa e comercial (Brasil, 2003; Batista; Stoffel, 2022).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil atingiu a marca de 68.716 estabelecimentos agropecuários com a certificação orgânica em 2019. Já o relatório *The World of Organic Agriculture – Statistics & Emerging Trends 2024*, feito pela Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), aponta o Brasil como o maior mercado para produtos orgânicos (alimentos e bebidas) na América Latina. Apesar disso, o país possui apenas uma área total de 1 milhão de hectares destinados à agricultura orgânica, representando 0,6% na proporção do total de áreas de produção, aparecendo na terceira posição do ranking regional (Lourenço; Gazolla; Schneider, 2023).

Embora compartilhem objetivos comuns, a agroecologia e a produção orgânica diferem em termos de escopo e abordagem. Enquanto a agroecologia é mais abrangente, envolvendo aspectos sociais e políticos, a produção orgânica se concentra na substituição de insumos no

sistema produtivo. Essas diferenças influenciam a formulação e execução de políticas públicas (Batista; Stoffel, 2022). Desde a criação do PLANAPO em 2013, o Brasil registrou progressos significativos na integração de ações voltadas à promoção de sistemas sustentáveis. Iniciativas como o fortalecimento da agricultura familiar, a certificação participativa e o incentivo ao consumo de produtos orgânicos nas escolas representam avanços concretos (Brasil, 2013).

Apesar dos avanços na legislação, ainda permanecem diversas lacunas a serem preenchidas. A descontinuidade de políticas públicas devido a mudanças governamentais e a fragmentação de recursos comprometem a efetividade das iniciativas. Além disso, barreiras jurídicas e institucionais dificultam a implementação de uma transição agroecológica em larga escala (Rocha Neto, 2022; Dalla Riva; Oliveira da Silva, 2022). Os principais desafios incluem a necessidade de maior financiamento público, ampliação da assistência técnica e fortalecimento das redes de produção e consumo. Além disso, é crucial superar a resistência do modelo convencional e integrar a agroecologia como um paradigma transversal nas políticas públicas (Batista; Stoffel, 2022).

4 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, a seleção das legislações e artigos científicos foi feita de forma sistemática, utilizando fontes confiáveis e relevantes à agroecologia e produção orgânica. O objetivo foi identificar as principais normas e estudos que abordam a evolução das políticas públicas relacionadas a esses temas no Brasil.

As legislações foram coletadas diretamente do site oficial de pesquisas legislativas do Brasil, uma plataforma que disponibiliza o acesso a documentos legais e normativos publicados pelo Governo Federal. A busca foi realizada utilizando os termos "agroecologia" e "produção orgânica", com o intuito de identificar as principais leis, decretos e outras normativas que tratam do apoio a essas práticas no contexto nacional. A análise esteve focada nas legislações federais, uma vez que o objetivo do estudo é compreender a trajetória das políticas públicas na esfera nacional, considerando diretrizes e programas estabelecidos pelo Governo Federal. Esse procedimento permitiu reunir um conjunto de legislações que serviram de base para a construção da linha do tempo das políticas públicas relacionadas ao tema.

Em paralelo, a seleção dos artigos científicos foi realizada na plataforma SciELO, uma base de dados acadêmica que oferece acesso a uma ampla gama de publicações científicas de diversos campos do conhecimento. Foram utilizados os mesmos termos de busca, "agroecologia" e "produção orgânica", e posteriormente selecionados artigos que discutem as questões mais amplas relacionadas a essas áreas, com ênfase na regulamentação, nos avanços legislativos e no impacto social.

Após a obtenção da base de dados, foram utilizados filtros para selecionar o material de interesse. Foram descartadas as legislações revogadas e que não estavam alinhadas com o objetivo da pesquisa (Figura 1). De modo similar, os artigos com foco em aspectos técnicos da agroecologia, como experimentação agrícola e técnicas específicas de cultivo, foram descartados, pois não se adequam ao objetivo da pesquisa, que é analisar o histórico e as políticas públicas e não as práticas agrícolas em si.

As legislações obtidas na pesquisa correspondem a publicações realizadas até dezembro de 2024. Ressalta-se que não foi inserido limite temporal inicial para a busca de informações, uma vez que o objetivo do trabalho foi analisar o arcabouço legal e avanços do setor ao longo do tempo.

Figura 1. Fluxograma das pesquisas de Legislação e da pesquisa bibliográfica realizadas para o estudo.



5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a aplicação dos critérios de seleção descritos na metodologia, foi possível estabelecer um panorama mais refinado dos documentos relevantes para a análise. No entanto, um volume considerável de legislações e artigos científicos foi excluído do estudo, conforme detalhado nas Tabelas 1 e 2. A análise documental das legislações revelou a necessidade de exclusão de um número significativo de normativas, conforme a Tabela 1. Entre as principais razões para isso, destacam-se legislações revogadas e documentos que não estavam alinhados ao escopo da pesquisa, e atos normativos que não influenciam diretamente a trajetória das políticas públicas analisadas.

Tabela 1. Critérios de exclusão para os atos normativos obtidos na pesquisa.

Justificativa	Quantidade
Fogem do escopo	39
Legislação revogada	18
Lei promulgada	1

A Tabela 2 apresenta as principais justificativas para a exclusão de artigos científicos. Observou-se que uma parcela significativa dos estudos analisados possuía um viés técnico e experimental, voltado para aspectos agronômicos e laboratoriais, sem uma conexão direta com a análise de políticas públicas. Além disso, alguns artigos abordavam realidades regionais muito específicas, dificultando sua aplicabilidade a um contexto nacional. Outros estudos foram descartados por não se relacionarem diretamente com o tema central da pesquisa.

Tabela 2. Critérios de exclusão para os artigos obtidos na pesquisa.

Justificativa	Quantidade
O artigo apresenta uma abordagem técnica e experimental, focada em aspectos agronômicos e laboratoriais, sem relação direta com a análise de políticas públicas.	20
O estudo aborda uma realidade regional específica, sem aplicação geral para o contexto nacional das políticas públicas de agroecologia e produção orgânica.	4
O tema do artigo não se relaciona diretamente com a pesquisa, abordando aspectos que não contribuem para a análise das políticas públicas de agroecologia e produção orgânica.	7

A Tabela 3 apresenta uma síntese das legislações relacionadas à agroecologia e à produção orgânica no Brasil, contemplando 14 publicações emitidas entre janeiro de 2002 e dezembro de 2024. Cada item da Tabela 3 inclui o número e a data da publicação, bem como uma breve descrição do conteúdo, destacando normas que vão desde a regulamentação de agrotóxicos até a criação de programas específicos. Esse levantamento não apenas organiza cronologicamente os principais marcos legislativos do período, mas também permite identificar a trajetória das políticas públicas no setor, proporcionando um panorama das conquistas e desafios ao longo das últimas décadas. Para melhor análise visual, foi elaborada uma linha do tempo com as informações apresentadas na Tabela 3 (Figura 2).

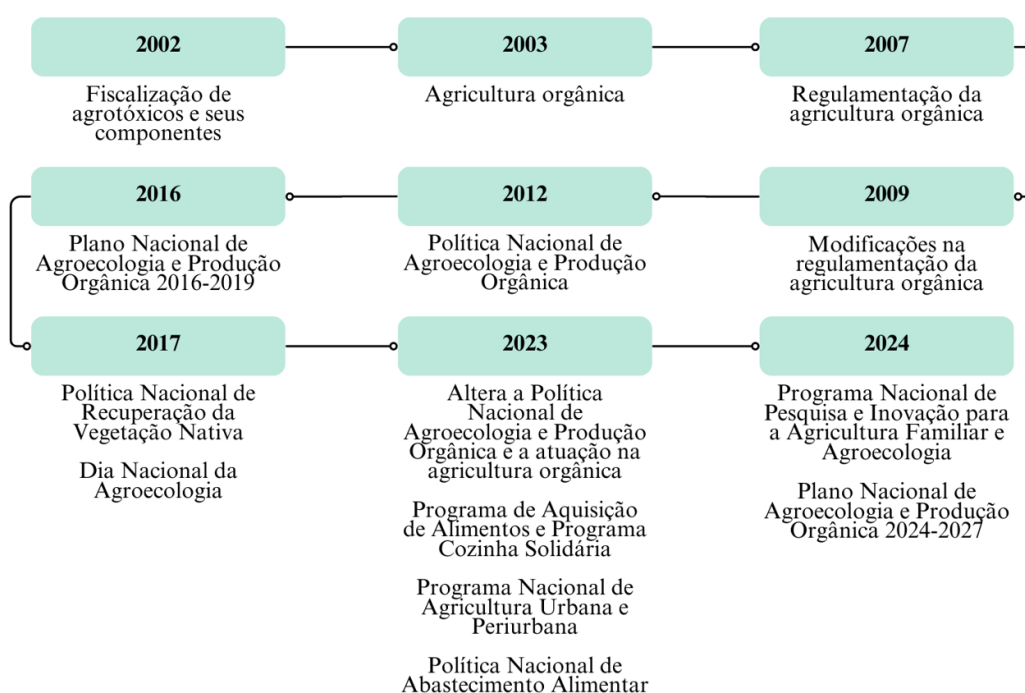
Tabela 3. Legislação analisada sobre agroecologia e produção orgânica.

(Continua)

Leis e Decretos	Descrição
Decreto nº 4.074 04/01/2002	Regulamenta a Lei nº 7.802/1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.
Lei nº 10.831 23/12/2003	Dispõe sobre a agricultura orgânica.
Decreto nº 6.323 21/12/2007	Regulamenta a Lei nº 10.831/2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica.
Decreto nº 7.048 23/12/2009	Dá nova redação ao art. 115 do Decreto nº 6.323/2007, que regulamenta a Lei nº 10.831/2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica.
Decreto nº 7.794 20/08/2012	Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Tabela 3. Legislação analisada sobre agroecologia e produção orgânica.

Leis e Decretos	Descrição
Port. Interministerial nº 1 05/05/2016	Portaria Interministerial nº 1/2016, que institui o Plano Nacional De Agroecologia E Produção Orgânica (PLANAPO) para o período 2016-2019.
Decreto nº 8.972 23/01/2017	Institui a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa.
Lei nº 13.565 21/12/2017	Institui o Dia Nacional da Agroecologia.
Decreto nº 11.582 28/06/2023	Altera o Decreto nº 7.794/2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, e o Decreto nº 6.323/2007, para dispor sobre comissões com atuação na agricultura orgânica.
Lei nº 14.628 20/07/2023	Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512/2011 e 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718/2008, 11.775/2008, 12.512/2011, e 14.284/2021.
Decreto nº 11.700 12/09/2023	Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e o Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.
Decreto nº 11.820 12/12/2023	Institui a Política Nacional de Abastecimento Alimentar e dispõe sobre o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar.
Port. Interministerial nº 1 15/10/2024	Portaria Interministerial nº 1/2016, que institui o Plano Nacional De Agroecologia E Produção Orgânica (PLANAPO) para o período 2024-2027.
Decreto nº 12.287 03/12/2024	Institui o Programa Nacional de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e a Agroecologia.

Figura 2. Linha do tempo das Leis e Decretos federais relacionados à agroecologia e produção orgânica entre 2002 e 2024.

A Tabela 4 apresenta o levantamento de artigos científicos relacionados à agroecologia e produção orgânica, abrangendo o período de janeiro de 2006 a março de 2024. Esse conjunto inclui 18 publicações, e a Tabela 4 apresenta informações sobre os autores e ano de publicação, os títulos dos artigos e seus respectivos objetivos. Os estudos abordam uma variedade de temas, como desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar, inserção de produtos orgânicos no mercado e políticas públicas relacionadas à agroecologia e produção orgânica.

Tabela 4. Artigos analisados sobre agroecologia e produção orgânica.

(Continua)

Autores e ano	Título	Objetivo
Assis (2006)	Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia	Apresentar uma opção para o estabelecimento de um processo de desenvolvimento rural sustentável com base na agroecologia.
Aquino; Assis (2007)	Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia	Estabelecer uma discussão a partir da hipótese de que "a agricultura orgânica, com base na agroecologia, pode oferecer instrumental tecnológico adequado para a agricultura urbana".
Santos (2014)	A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar	Avaliar aspectos de ordem social, econômica e ambiental advindos das práticas dos agricultores familiares da APROFAM (Associação dos Produtores e Produtoras Agroecológicas de Mossoró), que comercializam semanalmente sua produção na Feira Agroecológica, de modo a analisar como proporcionam o desenvolvimento sustentável da agricultura de base familiar.
Paulino; Gomes (2015)	Sementes da Paixão: agroecologia e resgate da tradição	Refletir sobre a fala de resgate à tradição propagada pelos agricultores agroecológicos
Silva <i>et al.</i> (2015)	Construção social de mercados: a produção orgânica nos assentamentos do Rio Grande do Sul, Brasil	Analisar a inserção no mercado pelas famílias assentadas na região metropolitana de Porto Alegre (RS), usando como objeto a experiência do arroz orgânico.
Jacob (2016)	A agroecologia nos cursos de engenharia agrônoma: para além de desafios e dilemas curriculares	Caracterizar o espaço curricular ocupado pela Agroecologia nos cursos públicos de Engenharia Agrônoma de SP.
Silva; Souza (2016)	Normativa de Produção Orgânica no Brasil: a percepção dos agricultores familiares do assentamento da Chapadinha, Sobradinho (DF)	Determinar o grau de conhecimentos e aderência dos produtores familiares do assentamento rural Chapadinha, em Sobradinho (DF), às normativas de produção orgânica estabelecidas no Brasil.
Paulino; Gomes (2020)	A institucionalização da agroecologia no Brasil: trajetórias acadêmicas e laços discursivos	Analisar a institucionalização do campo agroecológico nacional, focalizando as redes tecidas para sua construção, seus discursos de transformação social, os atores envolvidos e suas implicações na construção das políticas no setor.

Tabela 4. Artigos analisados sobre agroecologia e produção orgânica.

(Continua)

Autores e ano	Título	Objetivo
Losch <i>et al.</i> (2022)	Agroecologia e segurança alimentar em tempos de pandemia de Covid-19	Aprofundar o debate sobre a insegurança alimentar durante a pandemia da Covid-19, relatar a iniciativa social extensionista do Plantio Agroecológico Solidário (PAS) da UFSC e o consequente impacto no acesso e distribuição de alimentos orgânicos em Florianópolis (SC).
Rocha Neto (2022)	Tão perto e tão longe: trajetória da agroecologia na agenda brasileira de políticas públicas	Discutir a trajetória de ascensão e extinção da política de agroecologia, tomando por base suportes teóricos e elementos do ambiente político-institucional que sugerem a fragilização como etapa antecedente da extinção.
Fenner <i>et al.</i> (2022)	Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS) no Distrito Federal: agroecologia e impacto dos agrotóxicos	Analisar os limites e desafios na implantação de estratégias territoriais sob a ótica dos Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS), tendo como eixo estruturante a controvérsia agroecologia x agrotóxicos.
Chaves <i>et al.</i> (2022)	Agroecologia e saúde coletiva na construção dos agrotóxicos como problema de saúde pública no Brasil	Analisar o papel da publicação ‘Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde’ como um ponto de inflexão ao promover uma arena de debate que reposiciona diversos atores que pactuam um consenso, ainda que instável e profundamente combatido por setores dominantes, sobre os efeitos dos agrotóxicos na saúde.
Albuquerque (2022)	Vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos: agroecologia e participação social	Analisar o desenvolvimento da proposta em PE, considerando a articulação com a agroecologia e a participação social.
Dalla Riva; Oliveira da Silva (2024)	A essência da forma jurídica como entrave à agroecologia	Verificar de que maneira o direito (forma jurídica) atua como entrave à agroecologia.
Daufenback <i>et al.</i> (2022)	Agrotóxicos, desfechos em saúde e agroecologia no Brasil: uma revisão de escopo	Evidenciar o perfil das pesquisas brasileiras que investigam os desfechos em saúde ocasionados pela exposição a agrotóxicos, procurando entender os principais achados, como metodologia empregada, tipo de substância, desfechos em saúde, locais investigados, sugestões de ações e diálogo com a agroecologia.
Soares; Oliveira; Moraes (2022)	Investigando os olhares da saúde coletiva sobre a agroecologia	Verificar como o campo tem abordado a agroecologia, tendo em vista a persistência de tendências à redução e ao esvaziamento no processo de apropriação de conceitos ao campo.
Pimentel (2023)	Em busca da universidade popular: reflexões sobre um bom encontro possível entre a pesquisa antropológica, a educação popular e a agroecologia	O objetivo do artigo é discutir como as reivindicações populares por mudanças na educação podem levar a uma transformação nas instituições universitárias, em diálogo com a educação popular e a antropologia contemporânea, especialmente no contexto da agroecologia e dos movimentos sociais como a Teia dos Povos

Tabela 4. Artigos analisados sobre agroecologia e produção orgânica.

(Continuação)

Autores e ano	Título	Objetivo
Coradin; Schwendle (2023)	Histórias de vida de mulheres Sem Terra: divisão sexual do trabalho na agroecologia	Compreender as trajetórias e o cotidiano das práticas sociais das mulheres na produção, comercialização e organização social, e política agroecológica.

As políticas públicas voltadas para modelos de produção sustentáveis no Brasil tiveram início na década de 2000, tendo como primeiro passo a regulamentação do uso de agrotóxicos e práticas agrícolas ambientalmente responsáveis. Nos últimos anos, o foco tem se voltado para atualizações e ajustes de políticas previamente instituídas, como a PNAPO em 2023, indicando uma consolidação das diretrizes existentes. Destaca-se a integração com outros setores, por meio de iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PNA) e a Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAAB), que reforçam a conexão entre agroecologia, segurança alimentar e a produção sustentável.

O Decreto nº 4074/2002 foi um marco relevante, pois regulamentou a Lei nº 7.802/1989, estabelecendo diretrizes para a pesquisa, produção, comercialização e uso de agrotóxicos. Esse decreto buscou maior controle sobre os impactos ambientais e à saúde humana, criando um ambiente regulatório para a transição para sistemas de produção mais sustentáveis (Brasil, 2002).

Posteriormente, a Lei nº 10.831/2003 e o Decreto nº 6.323/2007 impulsionaram ainda mais a regulamentação da agricultura orgânica no país, instituindo padrões e mecanismos de certificação para garantir práticas agrícolas que respeitem o meio ambiente e promovam a saúde dos consumidores (Brasil, 2003; Brasil, 2007). Essa legislação foi complementada pelo Decreto nº 7.048/2009, que atualizou normas da agricultura orgânica e reforçou os princípios da sustentabilidade (Brasil, 2009). Esses instrumentos normativos contribuíram para a consolidação de uma política pública voltada à agroecologia, integrando práticas orgânicas e de base ecológica como parte das estratégias de desenvolvimento sustentável.

A consolidação da agroecologia no Brasil como uma alternativa viável e sustentável é resultado de esforços de uma rede complexa de atores sociais, institucionais e científicos (Abreu; Lamine; Bellon, 2009). A partir de 2010, as políticas públicas e a legislação passaram a desempenhar um papel central na regulamentação e no incentivo às práticas agrícolas

sustentáveis. Essa análise é crucial para identificar os avanços promovidos por marcos legais como a PNAPO e o PLANAPO.

A trajetória das legislações relacionadas à agroecologia e produção orgânica no Brasil reflete o esforço para consolidar práticas sustentáveis na agricultura, muitas vezes em contraste com o modelo convencional predominante. A Lei nº 10.831/2003, que instituiu o sistema orgânico de produção agropecuária, representa um divisor de águas, estabelecendo diretrizes claras para o manejo sustentável, priorizando recursos locais e eliminando o uso de agrotóxicos e transgênicos (Brasil, 2003). Essa Lei também criou o arcabouço para diferentes sistemas de certificação, como a certificação por terceira parte e sistemas participativos de garantia (SPGs), visando maior inclusão de pequenos produtores.

Um importante marco das políticas públicas é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), instituído pelo Decreto nº 7.794/2012. O PLANAPO 2013-2015 focou na transição agroecológica e no fortalecimento da produção orgânica, estruturado em quatro eixos estratégicos: produção, uso e conservação de recursos naturais, conhecimento e comercialização. A articulação interministerial foi um elemento-chave, integrando ações voltadas ao desenvolvimento rural sustentável e alinhando a agroecologia com a segurança alimentar e nutricional. Esse primeiro ciclo do plano estabeleceu 125 iniciativas, visando consolidar práticas sustentáveis e fortalecer a participação social na formulação e implementação das políticas públicas (Brasil, 2013).

No segundo ciclo, o PLANAPO 2016-2019, estabelecido pela Portaria Interministerial nº 1/2016, houve uma ampliação significativa das estratégias adotadas anteriormente. O número de iniciativas foi expandido para 194 ações, e os eixos estratégicos foram reformulados para seis, incorporando Terra e Território e Sociobiodiversidade como novas frentes de atuação. Além disso, o plano buscou fortalecer as estratégias de regularização ambiental e adaptação às mudanças climáticas, promovendo o uso de tecnologias sustentáveis e a conservação dos recursos naturais (BRASIL, 2016). No entanto, sua implementação coincidiu com um período de mudanças políticas no Brasil, o que resultou na fragilização de sua governança e na descontinuidade de algumas ações essenciais ao avanço da agroecologia.

A Portaria Interministerial nº 1/2024 estabeleceu o PLANAPO 2024-2027. O plano mantém a estrutura ampliada do PLANAPO de 2016 e aprofunda a abordagem territorial e descentralizada, buscando fortalecer a participação social e intersetorialidade. Diferente dos

ciclos anteriores, este plano enfatiza a agroecologia como um instrumento para enfrentar crises estruturais, conectando políticas alimentares, ambientais e sociais de forma integrada. Além disso, destaca-se a sua perspectiva de longo prazo, considerando o papel da agroecologia no combate à fome, na promoção da saúde coletiva e na mitigação das mudanças climáticas (Brasil, 2024).

Os PLANAPOs de 2013, 2016 e 2024 apresentam diferenças marcantes que refletem mudanças no contexto político e nas prioridades nacionais. O primeiro ciclo esteve centrado na operacionalização da PNAPO, com metas bem definidas (Brasil, 2013). Por sua vez, o plano de 2016 ampliou o escopo da política, integrando novas dimensões e quase dobrando o número de ações (Brasil, 2016). Já o plano de 2024 assume uma abordagem ainda mais ampla, buscando consolidar a agroecologia como um eixo estruturante para o desenvolvimento sustentável no Brasil, conectando-a a desafios globais como segurança alimentar, saúde coletiva e mudanças climáticas (Brasil, 2024).

Os Decretos nº 8.972/2017 e nº 11.700/2023 podem ser compreendidos como políticas paralelas à agroecologia e à produção orgânica, uma vez que convergem em objetivos e estratégias que reforçam práticas agrícolas sustentáveis e a conservação ambiental. O Decreto nº 8.972/2017, que institui a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg), contribui para a preservação da biodiversidade e para a restauração de áreas degradadas, pilares que complementam os princípios agroecológicos e a produção orgânica ao fortalecer os ecossistemas necessários para uma agricultura sustentável (Brasil, 2017).

O Decreto nº 11.700/2023, responsável pela criação do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, promove a produção de alimentos em áreas urbanas com foco na sustentabilidade, segurança alimentar e inclusão social, alinhando-se à agroecologia e à produção orgânica por incentivar práticas locais, ecológicas e socialmente justas (Brasil, 2023). Ambas as políticas, embora autônomas, atuam de forma integrada, criando sinergias que contribuem para a ampliação e o fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis no Brasil.

A criação de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), juntamente com o PLANAPO, forma um conjunto de políticas públicas que impulsionam a transição agroecológica no Brasil. Ao priorizar a compra de alimentos orgânicos para a alimentação escolar, o PAA e o PNAE não apenas garantem o acesso a alimentos saudáveis para a população, mas também fortalecem a

demanda por produtos agroecológicos, alinhados aos objetivos do PLANAPO de fomentar a produção e a comercialização desses alimentos (Brasil, 2013). Essa sinergia entre políticas públicas contribui para a construção de um sistema alimentar mais justo, sustentável e seguro (Sabourin; Guéneau; Silva, 2019).

O Programa Nacional de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e a Agroecologia (PNPIAF), instituído pelo Decreto nº 12.287/2024, representa um avanço na consolidação da agroecologia como modelo produtivo sustentável. O programa busca integrar pesquisa e inovação voltadas à transição agroecológica, promovendo a valorização dos conhecimentos tradicionais e o desenvolvimento de tecnologias adaptadas à agricultura familiar. Entre suas diretrizes, destacam-se o reconhecimento da biodiversidade, o incentivo à segurança alimentar e a inclusão socioprodutiva de comunidades tradicionais (Brasil, 2024).

Além disso, o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, estabelecido pela Portaria Conjunta MDA/SG-PR nº 6/2024, surge como um elemento essencial para garantir a continuidade da agroecologia nas próximas gerações. O plano busca fortalecer a permanência dos jovens no campo, promovendo acesso à terra, assistência técnica, crédito e incentivos à formação acadêmica e profissional voltados à agroecologia (Brasil, 2024). A criação de planos e programas paralelos, como o PAA e o PNPIAF, reforça o papel das políticas públicas na estruturação de um modelo agrícola sustentável e resiliente, fortalecendo a agroecologia não apenas como uma alternativa de produção, mas como um projeto de desenvolvimento territorial e social de longo prazo.

A relação entre agroecologia e segurança alimentar é abordada de maneira consistente na literatura. Lösch *et al.* (2022) enfatizam que a agroecologia representa uma alternativa viável para sistemas alimentares mais resilientes, especialmente em contextos de crise ambiental e social. Essa análise converge com os objetivos das políticas públicas brasileiras, como o apoio à produção orgânica e agroecológica para garantir alimentos saudáveis e sustentáveis.

Ademais, a agroecologia como um conceito que transcende a prática agrícola busca promover uma quebra de paradigmas, unindo questões ambientais, sociais e econômicas (Batista; Stoffel, 2022). Apesar disso, há uma lacuna entre os princípios defendidos pela agroecologia e a implementação de políticas que muitas vezes focam em substituições tecnológicas e não em transformações sistêmicas (Hlpe, 2019). Essa divergência também reflete

a dificuldade em consolidar a agroecologia como um projeto político mais abrangente, especialmente em face da forte influência do agronegócio na formulação de políticas públicas.

A literatura destaca que a agroecologia tem sido impulsionada por movimentos sociais, redes científicas e articulações internacionais. Essas redes têm demonstrado que a adoção de práticas agroecológicas contribui para a segurança alimentar e nutricional, ao mesmo tempo que promove a conservação dos recursos naturais (Hlpe, 2019). Modelos de sucesso, como o apoio a cooperativas e associações de agricultores familiares, ilustram o potencial da agroecologia para transformar os sistemas alimentares, desde que apoiada por políticas públicas consistentes e intersetoriais (Altieri, 2010).

A agroecologia e a produção orgânica, embora amplamente reconhecidas como abordagens transformadoras, enfrentam desafios significativos na sua institucionalização e prática. O arcabouço jurídico é frequentemente apontado como um entrave à expansão da agroecologia, devido à sua desconexão com os princípios da sustentabilidade e à manutenção de padrões convencionais de produção agrícola. Essa avaliação busca identificar como as estruturas jurídicas atuais limitam a transição agroecológica e quais ajustes são necessários para que o direito se torne um facilitador, e não um obstáculo, para práticas agrícolas mais justas e sustentáveis.

O contexto político e institucional tem impactado a consolidação dessas políticas. Desde 2016, observa-se um enfraquecimento de iniciativas como o PLANAPO, indicando a fragilidade das políticas públicas diante de mudanças de governo. Rocha Neto (2022) destaca como a descontinuidade das políticas públicas, particularmente após 2016, comprometeu avanços significativos alcançados na institucionalização da agroecologia, expondo a vulnerabilidade dessas iniciativas frente às mudanças políticas e econômicas. Para o autor, este cenário destaca a necessidade de governança robusta e participação ativa da sociedade civil para evitar retrocessos (Rocha Neto, 2022).

Há também uma tensão entre o potencial emancipatório da agroecologia e as limitações impostas por legislações e políticas públicas que frequentemente se restringem a adaptações superficiais. Dalla Riva e Oliveira da Silva (2022) apontam que a forma jurídica muitas vezes opera como um entrave à plena implementação da agroecologia, ao priorizar mecanismos que mantêm a lógica capitalista predominante. Isso reforça a crítica de que leis, como a Lei n°

10.831/2003, apesar de serem marcos importantes, ainda carecem de mecanismos efetivos para promover mudanças estruturais na relação entre agricultores, recursos naturais e mercados.

Outro aspecto relevante é a interseção entre agroecologia e educação. Pimentel (2023) explora a importância de uma educação inclusiva e participativa na consolidação de práticas agroecológicas. Essa visão dialoga diretamente com os objetivos do PLANAPO, que busca integrar o conhecimento científico e tradicional como base para a transição agroecológica (Brasil, 2013). No entanto, a implementação dessas diretrizes tem sido limitada por falta de investimentos contínuos e por barreiras institucionais que dificultam a articulação entre os diferentes agentes envolvidos (Rocha Neto, 2022).

A questão de gênero é destacada como um elemento-chave para o sucesso das iniciativas agroecológicas. Coradin e Schwendler (2023) discutem como as mulheres desempenham um papel central na agricultura familiar e nas práticas agroecológicas, mas frequentemente enfrentam desigualdades estruturais que dificultam sua plena participação. Essa perspectiva se alinha com o reconhecimento de que a inclusão de mulheres e jovens é essencial para o fortalecimento da agroecologia (Brasil, 2013). Na prática, ainda há lacunas significativas no apoio às mulheres rurais, tanto em termos de recursos quanto de reconhecimento institucional.

Especialmente para pequenos produtores, há desafios relacionados aos altos custos associados à produção e ao consumo de produtos orgânicos. O preço final dos alimentos orgânicos é significativamente maior ao se comparar com produtos convencionais, tornando-os menos acessíveis a uma parcela considerável da população e reduzindo a competitividade no mercado (Sebrae, 2019).

A falta de assistência técnica e capacitação para pequenos agricultores também é um desafio estrutural à implementação da agroecologia no Brasil. Apesar dos esforços empreendidos por políticas como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), a capacitação de técnicos e agricultores ainda é limitada (Brasil, 2013). Essa dificuldade é agravada pela escassez de recursos financeiros e pela ausência de estratégias bem definidas para a ampliação de programas de extensão (Lourenço; Gazolla; Schneider, 2023). Além disso, a abordagem tradicional de formação técnica muitas vezes não incorpora os princípios da agroecologia, o que limita a disseminação de práticas sustentáveis (Brasil, 2013). Como resultado, muitos produtores familiares enfrentam barreiras significativas para realizar a transição para sistemas agroecológicos.

Outro ponto crítico está relacionado às exigências logísticas e estruturais. Produtos orgânicos requerem transporte separado dos convencionais, além de métodos específicos de higienização durante o transporte (Sebrae, 2019). Essas exigências elevam os custos operacionais e tornam a comercialização em larga escala uma tarefa desafiadora para pequenos produtores, que muitas vezes não dispõem de infraestrutura adequada para atender às regulamentações (Spinosa; Rocha; Yamashita, 2018).

A certificação de produtos orgânicos, indispensável para acessar mercados formais, pode ser um dos maiores entraves para a adoção de práticas agroecológicas no Brasil. O processo exige o cumprimento de rigorosos padrões técnicos e legais, o que implica em altos custos financeiros e conhecimento técnico especializado (Vriesman; Rocha; Weirich Neto, 2016). Para muitos pequenos agricultores, principalmente os familiares, as exigências tornam-se inacessíveis, mesmo com a alternativa de sistemas de garantia participativa, que ainda enfrentam desafios organizacionais e de viabilidade (Batista; Stoffel, 2022).

Por fim, o modelo de produção agroecológico muitas vezes não compete em igualdade de condições com o modelo convencional, que se beneficia de subsídios governamentais e de uma infraestrutura amplamente consolidada (Lima *et al.* 2021). Essa diferença reduz ainda mais a atratividade econômica da agroecologia para os produtores, que precisam equilibrar a sustentabilidade ambiental com a viabilidade financeira (Sebrae, 2019).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória da agroecologia e da agricultura orgânica no Brasil revela tentativas de avanços nas políticas públicas e na legislação voltadas para práticas agrícolas mais sustentáveis. Desde a implementação da Lei nº 10.831/2003, que estabeleceu as bases para a agricultura orgânica, até o desenvolvimento de programas abrangentes como o PLANAPO, o país tem demonstrado certo interesse em consolidar esses modelos como alternativas viáveis ao agronegócio convencional. Esses marcos evidenciam a crescente necessidade da valorização da sustentabilidade ambiental e da segurança alimentar na agenda nacional.

Apesar dos avanços, a adoção ampla de práticas agroecológicas e orgânicas ainda enfrenta barreiras substanciais. Os altos custos de produção e certificação, somados às

exigências logísticas e estruturais, limitam o acesso de pequenos produtores a esses mercados. Além disso, a resistência cultural aos métodos não convencionais de cultivo e a predominância do agronegócio tradicional dificultam a transição para modelos sustentáveis. Esses desafios são agravados por um arcabouço jurídico que muitas vezes prioriza interesses do mercado convencional, em detrimento de iniciativas que promovam mudanças estruturais mais profundas.

A descontinuidade nas políticas públicas, frequentemente associada às mudanças de governo, também compromete o avanço da agroecologia no Brasil. O enfraquecimento de programas como o PLANAPO após 2016 expôs a vulnerabilidade dessas iniciativas a alterações no cenário político e econômico. Essa instabilidade não apenas limita o alcance das políticas implementadas, mas também desestimula o engajamento de atores sociais e institucionais essenciais para a consolidação do setor.

Para superar esses entraves, é fundamental adotar uma abordagem integrada e intersetorial, que envolva não apenas o fortalecimento das políticas públicas existentes, mas também a ampliação do financiamento e da assistência técnica aos produtores. A promoção de uma educação inclusiva e participativa, aliada ao reconhecimento do papel central de mulheres e jovens na agroecologia, é indispensável para garantir a sustentabilidade dessas práticas no longo prazo.

Em síntese, a trajetória da agroecologia e da agricultura orgânica no Brasil demonstra avanços importantes, mas evidencia a necessidade de esforços contínuos e coordenados para superar as barreiras ainda presentes. A construção de uma governança robusta, aliada à participação ativa da sociedade civil, será crucial para consolidar a agroecologia como um paradigma central na agricultura nacional, garantindo maior justiça social, sustentabilidade ambiental e segurança alimentar.

REFERÊNCIAS

ABREU, L. S. de; LAMINE, C.; BELLON, S. **Trajetórias da agroecologia no Brasil: entre movimentos sociais, redes científicas e políticas públicas.** Revista Brasileira de Agroecologia, v. 4, n. 2, 2009.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Em alta, agricultura orgânica reúne todos os elementos da produção sustentável.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25126-em-alta-agricultura-organica-reune-todos-os-elementos-da-producao-sustentavel>. Acesso em: 17/01/2025

ALBUQUERQUE, P. C. C. de.; et al. **Vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos: agroecologia e participação social.** Saúde em Debate, v. 46, n. spe2, p. 527–541, 2022.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Revista NERA, Presidente Prudente, v. 13, n. 16, p. 22-32, jan./jun. 2010.

AQUINO, A. M. de.; ASSIS, R. L. de. **Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia.** Ambiente & Sociedade, v. 10, n. 1, p. 137–150, jan. 2007.

ASSIS, R. L. de. **Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia.** Economia Aplicada, v. 10, n. 1, p. 75–89, jan. 2006.

BALDICERA, A. **Práticas agrícolas sustentáveis e suas implicações para a segurança alimentar.** Revista Unicrea, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 113-126, mai./ago. 2024.

BATISTA, C. L. R.; STOFFEL, J. **Agroecologia e produção orgânica: características que distinguem e/ou aproximam os sistemas de produção sustentáveis.** Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional, v. 19, ed. especial (SOBER), 2022.

BRASIL. Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a

classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 08/01/2002 (p. 1).

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 24/12/2003 (p. 8, col. 2).

BRASIL. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 28/12/2007 (seção 1, p. 2).

BRASIL. Decreto nº 7.048. De 23/12/2009. Dá nova redação ao art. 115 do Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, que regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 24/12/2009 (seção 1, p. 2).

BRASIL. Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 21/08/2012 (p. 4, col. 2).

BRASIL. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO)**. Brasília: Governo Federal, 2013.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 1, de 3 de maio de 2016. Institui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO para o período 2016-2019. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, de 5/5/2016.

BRASIL. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO)**. Brasília: Governo Federal, 2016.

BRASIL. Decreto nº 8.972, de 23 de janeiro de 2017. Institui a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 27/01/2017 (seção 1, p. 7)

BRASIL. Lei nº 13.565, de 21 de dezembro de 2017. Institui o Dia Nacional da Agroecologia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 22/12/2017 (seção 1, p. 2)

BRASIL. Decreto nº 11.582, de 28 de junho de 2023. Altera o Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, e o Decreto nº

6.323, de 27 de dezembro de 2007, para dispor sobre comissões com atuação na agricultura orgânica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 29/06/2023 (seção 1, p. 2).

BRASIL. Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 21/07/2023 (seção 1, p. 1).

BRASIL. Decreto nº 11.700, de 12 de setembro de 2023. Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e o Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 13/09/2023 (seção 1, p. 2).

BRASIL. Decreto nº 11.820, de 12 de dezembro de 2023. Institui a Política Nacional de Abastecimento Alimentar e dispõe sobre o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 12/12/2023 (seção 1, edição extra, p. 1).

BRASIL. Portaria Interministerial nº 7, de 2 de outubro de 2024. Institui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO para o período 2024-2027. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18/10/2024 (seção 1).

BRASIL. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). 2024-2027. Brasília: Governo Federal, 2024.

BRASIL. Decreto nº 12.287, de 3 de dezembro de 2024. Institui o Programa Nacional de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e a Agroecologia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 4/12/2024 (seção 1, p. 2).

BRASIL. Portaria Conjunta MDA/SG-PR nº 6, de 20 de dezembro de 2024. Institui o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e o seu Comitê Gestor. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 24/12/2024 (seção 1, p. 37).

CAMPANHOLA, C; VALARINI, P. **A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 18, n. 3, p. 69-101, set./dez. 2001.

CHAVES, B. S.; RODRIGUES, L. A. D.; PIMENTA, D. N. **Agroecologia e saúde coletiva na construção dos agrotóxicos como problema de saúde pública no Brasil**. Saúde em Debate, v. 46, n. spe2, p. 363–376, 2022.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). **PIB do Agronegócio: Sumário Executivo – 2º trimestre de 2024**. Parceria CEPEA/Esalq/USP. Brasília: CNA, 2024.

CORADIN, C.; SCHWENDLER, S. F. **Histórias de vida de mulheres Sem Terra: divisão sexual do trabalho na agroecologia**. Revista Estudos Feministas, v. 31, n. 2, p. e83307, 2023.

DALLA RIVA, L.; OLIVEIRA DA SILVA, M. B. **A essência da forma jurídica como entrave à agroecologia**. Revista Direito e Práxis, v. 15, n. 1, p. 1-35, 2024.

DAUFENBACK, V.; et al. **Agrotóxicos, desfechos em saúde e agroecologia no Brasil: uma revisão de escopo**. Saúde em Debate, v. 46, n. spe2, p. 482–500, 2022.

FENNER, A. L. D.; et al. **Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS) no Distrito Federal: agroecologia e impacto dos agrotóxicos**. Saúde em Debate, v. 46, n. spe2, p. 249–261, 2022.

GOSENHEIMER, I. C.; TURATTI, L. **Pagamento por Serviços Ambientais como instrumento econômico de incentivo à agroecologia**. Revista Direito Ambiental e Sociedade, v. 11, n. 2, p. 8-26, maio/ago. 2021.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS (HLPE). **Agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition**. Rome: FAO, 2019.

JACOB, L. B. et al. **A agroecologia nos cursos de engenharia agrônoma: para além de desafios e dilemas curriculares**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 21, n. 1, p. 173–198, mar. 2016.

LIMA, L. F. et al. **Construção de uma Tipologia para a Produção Orgânica no Brasil**. In: 59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER e 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo – EBPC. Brasília., 2021.

LOURENÇO, A. V.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Perfil da agricultura e dos mercados de orgânicos no Brasil**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 62, p. 1051-1074, jul./dez. 2023. DOI: 10.5380/dma.v62i0.85418.

LÖSCH, E. L.; BRICARELLO, P. A.; GAIA, M. C. de M. **Agroecologia e segurança alimentar em tempos de pandemia de Covid-19**. Revista Katálysis, v. 25, n. 3, p. 551–559, set. 2022.

PAULINO, J. S.; GOMES, R. A. **Sementes da Paixão: agroecologia e resgate da tradição**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 53, n. 3, p. 517–528, jul. 2015.

PAULINO, J. S.; GOMES, R. A. **A institucionalização da agroecologia no Brasil: trajetórias acadêmicas e laços discursivos**. Sociedade e Estado, v. 35, n. 1, p. 307–337, jan. 2020.

PIMENTEL, S. K. **EM BUSCA DA UNIVERSIDADE POPULAR: reflexões sobre um bom encontro possível entre a pesquisa antropológica, a educação popular e a agroecologia**. Caderno CRH, v. 36, p. e023008, 2023.

ROCHA NETO, J. M. da. **Tão perto e tão longe: trajetória da agroecologia na agenda brasileira de políticas públicas**. Saúde em Debate, v. 46, n. especial 2, p. 455-466, jun. 2022. DOI: 10.1590/0103-11042022E230.

SABOURIN, E.; GUÉNEAU, S.; COLONNA, J.; SILVA, L. R. T. da (orgs.). **Construção de políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais**. Curitiba: Editora CRV, 2019. ISBN: 978-85-444-3601-1.

SANTOS, C. F. dos.; et al. **A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar**. Ambiente & Sociedade, v. 17, n. 2, p. 33–52, abr. 2014.

SEBRAE. **Boletim Inteligência & Tendências de Mercado: Orgânicos**. Dezembro, 2019.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Exportações do agronegócio brasileiro batem recorde histórico em julho com US\$ 15,44 bilhões**. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/08/exportacoes-do-agronegocio-brasileiro-batem-recorde-historico-em-julho-com-us-15-44-bilhoes> . Acesso em: 17/01/2025

SILVA, A. S.; SOUZA, M. F. de. **Normativa de Produção Orgânica no Brasil: a percepção dos agricultores familiares do assentamento da Chapadinha, Sobradinho (DF)**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 54, n. 2, p. 209-228, abr./jun. 2016.

SILVA, A. S.; SOUZA, M. F. de; SILVA, L. F. da; SILVA, R. R. da; SILVA, M. A. da. **Construção social de mercados: a produção orgânica nos assentamentos do Rio Grande do Sul, Brasil**. Interações (Campo Grande), v. 16, n. 1, p. 45-58, jan./jun. 2015.

SPINOSA, W.; ROCHA, T. de S.; YAMASHITA, G. B. (org.). **Cadeia produtiva de alimentos e produtos orgânicos**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. ISBN: 978-85-7846-475-2.

SOARES, L. P.; OLIVEIRA, R. M. DE.; MORAES, D. R. DE. **Investigando os olhares da saúde coletiva sobre a agroecologia**. Saúde em Debate, v. 46, n. spe2, p. 133–148, 2022.

VRIESMAN, A. K.; ROCHA, C. H.; WEIRICH NETO, P. H. **Certificação da produção agroecológica: promovendo qualidade de vida no campo e na cidade**. In: ROCHA, Carlos Hugo; WEIRICH NETO, Pedro Henrique; SOUZA, Nádia Maria de (org.). Sustentabilidade: a transformação vem da agricultura familiar. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. p. 69-84.

WILLER, H.; TRÁVNÍČEK, J.; SCHLATTER, B. (Eds.). **The World of Organic Agriculture: Statistics and Emerging Trends 2024**. Frick: Research Institute of Organic Agriculture FiBL; Bonn: IFOAM – Organics International, 2024.